

Senado quer controle sobre benefícios fiscais

Patrícia de Oliveira
do InvestNews

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem um projeto de emenda constitucional que concede ao Senado Federal poderes para definir os parâmetros de in-

centivos fiscais que os estados podem conceder a empresas para que elas se instalem em seus territórios. A política fiscal dos estados é regulada hoje pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários de Fazenda estaduais.

O projeto, de autoria do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) pretende reduzir os efeitos negativos da guerra fiscal que os estados vêm travando entre si. Pela proposta, a concessão de incentivos fiscais pode ocorrer apenas por meio de resolução do Senado, de

iniciativa do presidente da República ou de um terço dos senadores, aprovada pela maioria absoluta dos membros do Senado. Waldeck Ornelas afirma que o Confaz é uma "excrecência incompreensível" no processo legislativo tributário. Ele critica o fato

de um único membro do Confaz poder vetar decisões tomadas pelo colegiado de seus membros e os artifícios (como pedidos de vistas) que permitem a seus membros protelar decisões por tempo indeterminado e, com isso, adiar decisões em nível estadual.

Não há a possibilidade de a proposta, caso aprovada, alterar de alguma maneira a situação fiscal na qual os estados já se encontram, pois ela prevê que as decisões relativas ao ICMS ficam mantidas pelo prazo determinado em acordos anteriores à emenda.